EM FOCO

# REFORMA TRIBUTÁRIA Setor Sucroalcooleiro

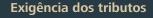


## REFORMA TRIBUTÁRIA: SETOR SUCROALCOOLEIRO



Lei Complementar nº 214/25 – Regulamentação da Emenda Constitucional nº 132/23

Fato Gerador (Açúcar)





Operações /
Fornecimento de Açúcar





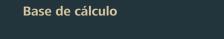
Fornecimento do bem ou pagamento, o que ocorrer primeiro





**Exportação** (imunidade, com direito à manutenção de créditos)

#### **Contribuintes**



Fornecedor (Usina de Açúcar)



Valor da operação, acrescido de juros, multas, acréscimos, encargos, descontos concedidos sob condição, tributos e preços públicos, inclusive tarifas, incidentes sobre a operação ou suportados pelo fornecedor, valor do transporte etc. (excluídos IBS, CBS, IPI, ICMS, PIS/COFINS, descontos incondicionais, reembolsos de valores pagos a operações por conta e ordem ou em nome de terceiros)



Alíquota



Crédito

Uniforme em todo o território nacional

Regime Diferenciado\*



Açúcar classificado nos códigos NCM 1701.14.00 e 1701.99.00:

Alíquota zero de IBS/CBS:
produto listado na Cesta Básica Nacional



Apropriação integral na aquisição de bens e serviços



Não aproveitamento de créditos em aquisições imunes, isentas, sujeitas à alíquota zero, suspensão e ao diferimento



Crédito integral e imediato na aquisição de bens de capital, ou suspensão na aquisição



Apropriação de crédito presumido em relação às aquisições de bens e serviços de produtor rural não contribuinte regular do IBS e CBS, PF ou PJ

## REFORMA TRIBUTÁRIA: SETOR SUCROALCOOLEIRO



Lei Complementar nº 214/25 - Regulamentação da Emenda Constitucional nº 132/23

Fato Gerador (Biocombustíveis)



Exigência dos tributos



Operações / Fornecimento de:

- Etanol Anidro Combustível (EAC)
- Etanol Hidratado Combustível (EHC)

**Exportação** (imunidade, com direito à manutenção de créditos)

Fornecimento do bem ou pagamento, o que ocorrer primeiro





#### **Contribuintes / Responsáveis tributários**

#### Contribuintes

- O produtor nacional de biocombustíveis (a ele equiparada a cooperativa de produtores de etanol autorizada por órgão competente)
- A refinaria de petróleo e suas bases;
- O formulador de combustíveis
- O importador
- Qualquer agente produtor autorizado por órgão competente
- O adquirente de EAC destinado à mistura com gasolina que realizar a saída de biocombustível com destinação diversa ficará obrigado a recolher o IBS/CBS incidentes sobre o biocombustível

A distribuidora de combustíveis que realizar mistura de EAC com gasolina A em percentual superior ao obrigatório será obrigada a recolher IBS/CBS em relação ao volume excedente, ou terá direito ao ressarcimento do IBS/CBS rem relação ao volume de biocombustível correspondente ao misturado a menor

#### Responsabilidade Tributária

Nas importações e saídas do estabelecimento produtor do EAC, a responsabilidade pela retenção e o recolhimento do IBS/CBS, em relação ao percentual do biocombustível utilizado na mistura nas operações com gasolina A, fica atribuída à/ao:



Refinaria de petróleo ou suas bases



Central de Matéria-Prima Petroquímica (CPQ)



Formulador de combustíveis



Importador

Base de cálculo



## REFORMA TRIBUTÁRIA: SETOR SUCROALCOOLEIRO



Lei Complementar nº 214/25 – Regulamentação da Emenda Constitucional nº 132/23

#### Alíquota

Uniforme em todo o território nacional

- Combustíveis Regime Diferenciado\*
- Alíquota ad rem (fixa em reais/unidade de medida)

Tributação monofásica (incide uma única vez no início

Diferenciada por produto

da cadeia de consumo)

- Reajustada anualmente, observando-se, para sua majoração, o prazo de 90 dias entre a sua fixação e o início da vigência
- Em 2027, as alíquotas da CBS serão fixadas sem exceder a carga tributária incidente sobre os combustíveis dos tributos federais extintos ou reduzidos incidentes direta ou indiretamente
- A partir de 2028, as alíquotas de CBS serão fixadas sem exceder a carga máxima estabelecida para 2027, reajustada por percentual equivalente à variação do preço médio ponderado de venda a consumidor final
- Em 2029, as alíquotas de IBS serão fixadas sem exceder a 10% da carga tributária incidente sobre os combustíveis dos tributos estaduais e municipais extintos ou reduzidos incidentes direta ou indiretamente

- Em 2030, as alíquotas de IBS serão fixadas sem exceder a 20% da carga tributária incidente sobre os combustíveis dos tributos estaduais e municipais extintos ou reduzidos incidentes direta ou indiretamente
- **Em 2031**, as alíquotas de **IBS** serão fixadas sem exceder a 30% da carga tributária incidente sobre os combustíveis dos tributos estaduais e municipais extintos ou reduzidos incidentes direta ou indiretamente
- Em 2032, as alíquotas de IBS serão fixadas sem exceder a 40% da carga tributária incidente sobre os combustíveis dos tributos estaduais e municipais extintos ou reduzidos incidentes direta ou indiretamente
- A partir de 2033, as alíquotas de IBS serão fixadas de forma a não exceder a carga tributária incidente sobre os combustíveis dos tributos estaduais e municipais extintos ou reduzidos incidentes direta ou indiretamente
- Para os biocombustíveis: Não poderá ser inferior a 40% ou exceder 90% da alíquota incidente sobre os combustíveis fósseis comparados

#### Crédito

- Apropriação integral na aquisição de bens e serviços
- Não aproveitamento de créditos em operações imunes, isentas, sujeitas à alíquota zero, suspensão e ao diferimento



- Crédito integral e imediato na aquisição de bens de capital, ou suspensão na aquisição
- Apropriação de crédito presumido em relação às aquisições de bens e serviços de produtor rural não contribuinte, PF ou PJ
- É vedado o aproveitamento de crédito pelos adquirentes de combustíveis (no caso, EAC e EHC) se destinados à distribuição, comercialização ou revenda
- Dispensa da comprovação de extinção dos débitos de IBS/CBS para apropriação de créditos nas aquisições de EAC e EHC





Lei Complementar nº 214/25 – Regulamentação da Emenda Constitucional nº 132/23

Fato Gerador (Energia elétrica)



#### Exigência dos tributos

Fornecimento do bem para consumo ou para adquirente não sujeito ao regime regular dos tributos



Geração, comercialização, distribuição e transmissão de Energia Elétrica



**Exportação** (imunidade, com direito à manutenção de créditos)



Na transmissão de energia elétrica: ocorre o fornecimento quando se tornar devido o pagamento relativo ao serviço

#### **Contribuintes**



#### Base de cálculo / Alíquota / Crédito



#### Produtor/Usina

Se fornecido no ambiente de contratação livre para consumo do adquirente ou quando o adquirente não seja contribuinte dos tributos



#### Distribuidora

Se fornecida no ambiente de contratação regulada (consumidor cativo)



#### **Adquirente**

Como responsável tributário, se destinada a consumo adquirida de forma multilateral



#### Transmissora

Se adquirida por meio de conexão à rede básica de transmissão

#### Base de cálculo

Valor da operação, acrescido de juros, multas, acréscimos, encargos, descontos concedidos sob condição, tributos e preços públicos, inclusive tarifas, incidentes sobre a operação ou suportados pelo fornecedor - exceto COSIP -, valor do transporte etc. (excluídos IBS, CBS, ICMS, PIS/COFINS, descontos incondicionais, reembolsos de valores pagos a operações por conta e ordem ou em nome de terceiros)

#### Alíquota

Uniforme em todo o território nacional



#### Crédito

- Apropriação integral, inclusive em relação a bens/ bens de capital e serviços importados, salvo bens de uso e consumo pessoal
- Não aproveitamento de créditos em operações imunes, isentas, sujeitas à alíquota zero, suspensão e ao diferimento

#### Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi)



Suspensão de IBS/CBS na aquisição no mercado interno, inclusive na importação, ou locação, de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos, materiais de construção, bem como na contratação de serviços, no Brasil e no exterior, destinados a tal obra, com conversão à alíquota zero se utilizados ou incorporados na obra de infraestrutura



Os benefícios do Reidi poderão ser usufruídos nas importações e aquisições no mercado interno no período de 5 anos, contato da data da habilitação da PJ titular do projeto de infraestrutura

O Imposto Seletivo não incide sobre as operações com energia elétrica



### PARA SABER MAIS, ENTRE EM CONTATO CONOSCO.

#### **AUTORES:**



Júlio de Oliveira JO@machadoassociados.com.br



Mauri Bornia MB@machadoassociados.com.br



**Gabriel Caldiron** GCR@machadoassociados.com.br



Renata Colafêmina REA@machadoassociados.com.br

#### São Paulo

Av. Brig. Faria Lima, 1656 – 11º andar 01451-918 – São Paulo – SP Tel: +55 11 3819 4855 | Fax: +55 11 3819 5322

#### Rio de Janeiro

Avenida Rio Branco, 181 – Sala 3304 20040-918 – Rio de Janeiro – RJ Tel: +55 21 3550 3000 | Fax: +55 21 3550 1510

SHS. Quadra 06, Conjunto A – Bloco A Sala 808, Complexo Brasil XXI 70316-100 – Brasília – DF Tel: +55 61 3039 8082

